

“Pacote ecológico” gera reações e já recebe propostas de mudanças

Comissão mista e líder do PMDB pretendem ouvir ministros. Sugestões a serem levadas ao presidente da República visam adequar medida provisória à realidade da Amazônia

PT tenta barrar resolução sobre tarifas bancárias

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Benedita da Silva (PT-RJ) apresentaram ontem projeto de decreto legislativo sustentando a eficácia da Resolução nº 2.303/96, com a qual o Banco Central disciplinou a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte da rede bancária. Ao anunciar o projeto em plenário, Dutra disse que a sustação desse ato normativo é perfeitamente aplicável, visto que em sua opinião o Executivo extrapolou no seu poder regulamentador.

Dutra mencionou estudo do Sindicato dos Bancários de São Paulo, segundo o qual os bancos cobrem em média 65% de suas despesas de folhas de pagamento somente com os recursos arrecadados na cobrança de tarifas bancárias. Disse também que alguns bancos chegam a cobrir 100% de suas folhas de pagamento só com a cobrança das tarifas.

José Eduardo Dutra disse que esse regime de liberalidade na prestação de serviços bancários, introduzido pela resolução, estabelece, sem expressa previsão legal, uma restrição de obrigações do poder público, que tem o dever de defender o consumidor.



Presidida por Odacir, comissão aprovou cronograma de trabalho

Aprovada incineração de processos antigos

Os processos judiciais encerrados, decorridos 30 dias do arquivamento, poderão ser incinerados ou destruídos por instrumento mecânico ou outro meio adequado, conforme instruções a serem determinadas pelos tribunais. Substitutivo nesse sentido, a projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados, foi aprovado ontem pelo plenário do Senado. A matéria será submetida a um turno suplementar de votação.

Pelo texto aprovado, os tribunais poderão utilizar-se de discos óticos, ou outro sistema eletrônico similar, para copiar processos que, pela natureza dos documentos ou das informações que os compõem, devam ser também preservados.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Ro-

naldo Cunha Lima (PMDB-PB) acatou substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o qual propôs que a destruição de todos os processos não fique condicionada a seu prévio registro em recursos óticos ou meios eletrônicos similares, visto que isso seria muito dispendioso.

Com o objetivo de desafogar os arquivos dos tribunais, o projeto aprovado permite a destruição de todos os processos findos, ressalvando a preservação daqueles que poderão ser necessários no futuro ou que tenham valor histórico. Ao determinar a eliminação de processos, os tribunais deverão, em 30 dias, publicar aviso às partes ou interessados, a fim de que possam requerer o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo.

Adequar a lei à realidade da Amazônia – este é o principal objetivo das propostas de mudanças à Medida Provisória nº 1.511/96 que a comissão mista do Congresso pretende levar ao presidente da República. Reunida ontem sob a presidência do senador Odacir Soares, a comissão aprovou o seu cronograma de trabalho na apreciação da MP que faz parte do chamado “pacote ecológico” (há ainda um decreto presidencial regulamentando a matéria). A medida foi criticada pelos senadores Júlio Campos e Ernandes Amorim. O líder do PMDB, Jader Barbalho, requereu à Comissão de Assuntos Econômicos que convoque o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, para falar sobre o “pacote ecológico”. A comissão mista, por sua vez, quer ouvir, além de Krause, o ministro da Reforma Agrária.

Página 7

Senadores querem solução para as medidas provisórias

A apreciação da proposta de emenda constitucional do senador Josaphat Marinho que regulamenta o uso de medidas provisórias foi defendida ontem em plenário pelos senadores Pedro Simon e José Eduardo Dutra. Os senadores Eptácio Cafeteira e Jader Barbalho também pediram solução para o problema da reedição de medidas. Página 4

Senadores criticam MP dos bancos estaduais

Suplicy diz que FHC se preocupa mais com sistema financeiro que com problemas sociais. Amin adverte que privatização tem que ser feita pelos governos dos estados

A medida provisória que trata dos bancos estaduais foi criticada ontem em plenário pelos senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) também condenou a iniciativa do governo.

Esperidião Amin discordou de artigo da medida provisória que autoriza o Tesouro Nacional a ajudar bancos estaduais, e permite à União assumir o controle de um banco de estado "exclusivamente para promover depois sua privatização".

- Quem tem de privatizar um banco estadual é o governo do estado, depois de autorizado pela Assembléia Legislativa - observou Amin.

Depois de informar que participou do encontro com o ministro da Fazenda, quando ele detalhou a MP sobre os bancos estaduais, Esperidião Amin disse ter ponderado ao ministro Pedro Malan que os



Esperidião Amin

funcionários deveriam ter autorização para a compra de parte do capital do banco estadual. "Vejo agora pela MP dos bancos estaduais que o ministro concordou com minha idéia, permitindo que, no programa de capitalização, os funcionários possam comprar lotes de ações", acentuou.

- Se os funcionários têm ações do banco em que trabalham, com certeza vão trabalhar melhor - afirmou.

PRIORIDADE

Eduardo Suplicy disse que



Eduardo Suplicy

a medida provisória sobre os bancos estaduais é uma prova de que o governo federal se preocupa mais em ajudar o sistema bancário do que em resolver os problemas sociais. Suplicy afirmou que os estabelecimentos financeiros são prioridade para o presidente Fernando Henrique Cardoso.

- Nota-se a extraordinária diferença de velocidade no tratamento dos bancos e dos problemas sociais - disse o senador. - Para cuidar da saúde financeira de bancos em di-

ficuldades, criou-se o Proer por medida provisória. Por deliberação do Conselho Monetário Nacional, houve a liberação das tarifas dos serviços bancários, mas para votar um projeto de lei como o Programa Nacional de Renda Mínima, quatro anos e oito meses depois de sua aprovação no Senado, o governo pediu aos deputados de sua base que não comparecessem ontem à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, com o objetivo de evitar o *quorum* e não se votar a matéria.

Suplicy disse ainda que, caso o governo federal não consiga explicar à população suas propostas para o saneamento dos bancos estaduais, ficará a impressão de que o presidente da República "sempre acaba dobrando-se às reivindicações dos bancos".

O pronunciamento de Suplicy recebeu apoio de Pedro Simon.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A PRÓXIMA SEMANA

Terça-feira (13.08.96)

14h30m - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PDL nº 22/95, que ratifica o texto da Convenção nº 167 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Quarta-feira (14.08.96)

14h30m - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PDLs nºs 24 e 28/96, que aprovam o ato que renova a concessão outorgada à TV Globo de São Paulo e à do Rio de Janeiro, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens; e *Substitutivo do Senado ao PLC nº 41/95-Complementar, que disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição federal; votação em primeiro turno das *PECs nº 22/96, que trata da criação de municípios, e nº 23/96, sobre inelegibilidade; e *PLC nº 24/96, que cria cargos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Quinta-feira (15.08.96)

14h30m - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 117/95, que dá nova redação aos arts. 6º, 28 e 31 da Lei nº 7.652/88, que dispõe sobre o Registro da Propriedade Marítima; *PLC nº 3/96, que transforma e

cria cargos no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; *PLS nº 29/95, que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado; e *PLS nº 188/95, que cria a área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba.

COMISSÕES

Terça-feira (13.08.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 189/96, que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo destinada ao financiamento parcial do Projeto de Reestruturação da Rede Ferroviária Federal; *Mensagem nº 200/96 (não terminativo), que solicita autorização para contratar operação de crédito destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforsus); *PLC nº 43/95 (não terminativo), que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, o Fundo da Marinha Mercante e a Fundação Nacional dos Trabalhadores na Construção e Reparação Naval, Trabalhadores Marítimos e Trabalhadores em Atividades de Apoio Operacional em Empresas de Navegação Marítima; *PLC nº 104/95, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; *PLC nº 119/95 (não terminativo), que redireciona recursos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); *PLS nº 99/95-Complementar, que dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e de diretor do Banco Central do Brasil; *PLS nº 198/95, que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate. *Sala 19, Ala Senador Alexandre Costa.*

CCJ presta homenagem a sul-africanos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), recebeu ontem uma delegação da África do Sul, integrada por dois parlamentares e cinco representantes da magistratura e do Ministério Público daquele país. Todos os membros da CCJ desejaram boas-vindas à comitiva liderada pelo senador Moshen Wally Moosa e pelo deputado Johnny da Longa, presidentes das Comissões de Justiça do Legislativo sul-africano.

- A África do Sul mostrou ao Brasil e ao mundo que, quando a sociedade realmente quer, ela é capaz de, sem maiores traumas, promover transformações tão profundas, sobretudo quando o objetivo é movido pelo espírito cívico, pelo amor ao semelhante e pela fé de fazer um mundo mais compreensível e mais feliz - disse Iris Rezende.

Salientando que hoje a África do Sul é um ponto de referência "para que busquemos naquele país e com mais fervor a consolidação da nossa democracia", o senador pelo estado de Goiás disse que, com a chegada do novo milênio, "certamente na página virada da História ficará a África do Sul como exemplo para a humanidade, já que muitos países poderão se espelhar nos sul-africanos quanto aos direitos humanos".

Os parlamentares sul-africanos disseram que o objetivo da visita é "aprender tudo o que está acontecendo no Brasil em termos de reforma, particularmente na área da Justiça e o papel do Legislativo nesse momento de transformação". Conforme Moshen Wally, os grandes desafios enfrentados pelo Senado e pelo governo da África do Sul estão relacionados ao problema dos direitos humanos.



Membros da CCJ deram boas-vindas à comitiva composta por parlamentares sul-africanos

CRE aprova acordo de combate ao tráfico com os Estados Unidos

Na mesma reunião, foi aceita a indicação de Luiz Mattoso Maia para exercer o cargo de embaixador junto às Filipinas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou ontem o Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos. O acordo prevê uma ação conjunta dos dois países através do fornecimento mútuo de equipamentos e de recursos humanos e financeiros.

- O tráfico ilícito de entor-

pecentes e substâncias psicotrópicas constitui uma das maiores mazelas físicas e morais já enfrentadas pela sociedade internacional em todos os tempos - afirmou o senador

Romeu Tuma (PSL-SP), relator da matéria.

Também foi aprovado pela comissão o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre os governos do Brasil e Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. O relator da matéria, Bernardo Cabral (PFL-AM), considerou o ato "de grande interesse público".

A CRE aprovou ainda reque-

rimento de Roberto Requião (PMDB-PR) solicitando que a comissão formule voto de aplauso à XV Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio, na qual foram condenadas medidas de bloqueio contra Cuba.

Foi aprovado ainda o nome de Luiz Mattoso Maia para o cargo de embaixador do Brasil nas Filipinas. A comissão decidiu também enviar ofício à Embaixada da Nigéria, lamentando o "atentado criminoso" contra aquela representação diplomática após a vitória, nos Jogos Olímpicos, da seleção nigeriana sobre a seleção brasileira de futebol masculino.

Comissão lamenta atentado à Embaixada da Nigéria

Tebet repele declaração de líder sem-terra

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou infeliz declaração de um dos líderes dos sem-terra, João Pedro Stédile, sobre possível invasão de propriedades dos devedores do Banco do Brasil. "Isso foge aos princípios do regime democrático, pois a reforma agrária deve ser feita com respeito à



Ramez Tebet

legislação vigente, sem violência e sem invasões", frisou.

Tebet disse que o Congresso e o Presidente estão sensíveis à situação difícil no campo. Ele informou que a Casa está analisando projeto aprovado pela Câmara, do qual é o relator no Senado, que dificulta a concessão de medida liminar em invasões cole-

tivas de terras. A seu ver, o projeto foi elaborado num "clima emocional" por causa do ocorrido no estado do Pará e por isso deve ser aperfeiçoado. Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que FHC deveria dar à reforma agrária a mesma atenção que dá aos bancos. Tebet recebeu apoio de Jefferson Peres (PSDB-AM) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

Simon pede um basta a excesso de MPs

Senador conclama plenário a aprovar proposta reguladora de Josaphat Marinho e declara que o excesso de poderes nas mãos do Presidente torna o País uma "democracia de mentira"

Depois de questionar a reedição de medidas provisórias, afirmando que em nenhum lugar da Constituição existe tal permissão, Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ontem aos senadores que votem a proposta de emenda constitucional de Josaphat Marinho (PFL-BA) regulamentando o uso das MPs, aprovada recentemente pela comissão especial que discutiu o assunto no Senado. "Do jeito que está é que não pode ficar. Cabe ao Congresso resolver essa situação", disse.

- Medida provisória vicia. Se eu fosse presidente da República também usaria este instrumento. O Presidente tem tantos problemas urgentes a resolver que ele acaba optando pela medida provisória. Por isso, cabe aos senadores e deputados a iniciativa de resolver este problema - ponderou.

Simon afirmou que, se os senadores votarem o projeto do



Pedro Simon

ex-deputado Nelson Jobim sobre MPs, já aprovado pela Câmara, "certamente o Presidente terá que vetá-lo, porque ele é uma lei complementar e, pelo texto da Constituição, a medida provisória é auto-aplicável, sem lei complementar".

No final da sessão, ao apartear Júlio Campos (PFL-MT), Simon salientou que "o Brasil vive uma democracia de mentira" por causa do excesso de poderes do Executivo, dado pelas MPs. "O Brasil tem pre-

sidente, tem Congresso, tem Judiciário. Mas é uma democracia de mentira, por causa do poder das medidas provisórias. Por causa delas, o governo está iniciando uma nova forma de democracia", disse.

Em aparte, Eptácio Cafeteira (PPB-MA) informou que só no dia de ontem foram reeditadas 18 MPs. "Uma delas, a 1.481, já foi reeditada 39 vezes, ou seja, vem sendo reeditada há três anos e três meses." Jáder Barbalho (PMDB-PA) assinou que também não concorda com a reedição de MPs e apontou como "inconcebível" o projeto de Nelson Jobim, por se tratar de lei complementar. "O próprio Executivo entende que há necessidade de se resolver esse problema das medidas provisórias", afirmou. Josaphat Marinho destacou que o STF já decidiu que MP rejeitada pelo Congresso não pode ser reeditada.

Dutra cobra a votação de emenda à Carta

O senador José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, informou ontem que apresentará requerimento para que a proposta de emenda constitucional do senador Josaphat Marinho, que regulamenta o uso de medidas provisórias, saia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e seja votada pelo plenário. A emenda foi aprovada no primeiro semestre por uma comissão especial que estudou o assunto, tendo como relator Josaphat Marinho.



Nabor Júnior

Nabor quer que eleitor vote só com o título

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) considera importante que o Senado vote, em regime de urgência, o projeto de lei aprovado na Câmara que retira da legislação a exigência do eleitor de apresentar documento público de identificação, além do título eleitoral, no momento da votação.

Para ele, se o artigo não for revogado antes de 3 de outubro a abstenção eleitoral será muito maior nessas eleições.

CCJ reverá projeto sobre crime hediondo

O Senado devolveu para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o projeto de iniciativa do presidente da República, já aprovado na Câmara, que pune com mais rigor os crimes de especial gravidade, como extermínio, tortura, seqüestro, tráfico e genocídio, e atenua o cumprimento dessas penas. O plenário aprovou requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que pediu o adiamento da discussão da matéria com o argumento de que o assunto é "extremamente polêmico".

O parlamentar afirmou que o projeto, elaborado por uma comissão de juristas reunida pelo Ministério da Justiça, embora se destine a definir os crimes de

especial gravidade, "não visa a agravar, mas a atenuar o cumprimento da pena". Ele explicou que a iniciativa permite, por exemplo, que o presidiário condenado a 30 anos de reclusão em regime fechado, depois de 15 anos do cumprimento da pena, e tendo apresentado bom comportamento, possa ser beneficiado com um regime de prisão semi-aberto.

- Não sei até que ponto um projeto como esse representa o anseio da sociedade ou a nossa maturidade no campo social e do Direito - disse Eduardo Dutra. - O fato de o governo argumentar que essa será uma forma de conter as rebeliões em presídios é irrelevante, visto que essas são provocadas exatamente pela superlotação carcerária.

Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) sustentou que a iniciativa pune mais rigorosamente os crimes hediondos, permitindo uma atenuação do regime de encarceramento apenas depois de cumprida metade da pena para que o punido tenha alguma esperança.

- Por piores que tenham sido os crimes do apenado, não podemos deixar ninguém sem esperança alguma - argumentou José Ignácio. - O objetivo do governo com esse projeto de lei foi o mais salutar possível e o mais sintonizado com a realidade brasileira.

Volta à CAE emissão de títulos por São Paulo

Líderes do PSDB, PFL, PMDB e PPB requerem, e plenário aprova, que seja examinado com maior cautela projeto que tem sua constitucionalidade contestada

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento dos líderes do PSDB, PFL, PMDB e PPB devolvendo à Comissão de Assuntos Econômicos o projeto de resolução destinado a autorizar o governo de São Paulo a emitir letras financeiras para reembolsar precatórios judiciais. Questionando a constitucionalidade desse pedido de emissão de títulos, vários líderes sustentaram que o Senado tem que examinar com muita cautela o assunto.

O líder do PMDB, Jáder Barbalho (PA), lembrou que o próprio Banco Central fez restrições a essa emissão, e argumentou que o governo de São Paulo está pedindo autorização para emitir esses títulos porque precisa ressarcir-se de créditos pagos com recursos do Tesouro estadual. "É uma situação da maior excepcionalidade. Como o Senado vai autorizar a emissão de títulos da dívida pública para ressarcir o que o estado já pagou?", indagou o líder.

Jáder afirmou que 80% dos títulos a serem emitidos, se essa autorização for dada, con-



Jáder Barbalho

templam decisões judiciais ainda não transitadas em julgado, e estranhou também o fato de que o governo de São Paulo não soube informar ao Banco Central o número de títulos emitidos e resgatados até agora por aquela unidade da Federação.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que é impossível aprovar esse projeto de resolução. "Desafio qualquer senador, em sã consciência, que possa dar voto favorável a essa emissão", afirmou o parlamentar. Convencido de que o projeto está cheio de irregularidades, Antonio Carlos Magalhães acrescentou que aprová-lo significa "ser co-



Antonio Carlos Magalhães

nivente com mais um crime contra a Nação, quando temos que zelar pela respeitabilidade da Casa". Ele considerou inaceitável que, na hora em que o Brasil atravessa grave crise no sistema financeiro, o Senado pudesse aprovar uma emissão de títulos sem saber ao certo quem será o credor. O senador ressaltou que não tem nada contra o governador Mário Covas, "que é um homem íntegro".

O líder do PPB, Esperidião Amin (SC), advertiu que os títulos da dívida pública corrompem o sistema financeiro nacional, sendo um grave fator de perturbação da estabilidade econômica. No caso específico



Romeu Tuma

de São Paulo, apontou como graves inconstitucionalidades dois empecilhos da operação: o conceito de reembolso, visto que os títulos visam a bancar créditos já pagos; e o conceito de emissão de títulos para provisionar credores duvidosos. "Os créditos a serem reembolsados com esses títulos não estão liquidados, não há uma sentença final sobre o pagamento", afirmou Amin.

Já o senador Romeu Tuma (PSL-SP) argumentou que o governo de São Paulo vem enviando esforços para sanar a crise financeira do estado, e alertou que se esses precatórios não forem pagos há risco até de intervenção em São Paulo.

Requião não aceita uso de títulos pelo Paraguai

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) pediu ontem ao plenário que não aprove uma solicitação do governo federal para que a Itaipu Binacional possa receber títulos da dívida brasileira, adquiridos com desconto pelo governo do Paraguai no mercado de Nova York. A solicitação do Executivo prevê que os títulos serão recebidos pelo seu valor de face, sem levar em conta o deságio oferecido pelo mercado.

Requião afirmou que a operação apresenta irregularidades, como uma corretagem de 10% sobre o valor dos títulos, quando a cobrança normal para este tipo de operação é de 0,25%. "Espero que essa maracutaia seja bloqueada pelos senadores", disse. A operação envolve um pagamento à Itaipu Binacional de US\$ 311 milhões.

Roberto Requião lamentou que até hoje não tenha sido implantada a aduana na ponte entre Capanema (PR) e a

Argentina porque há "uma briga de meninos" entre os ministros da Casa Civil, da Administração e da Fazenda sobre uma gratificação de R\$ 250,00 para a chefia da fiscalização da ponte. Informou que os fiscais argentinos já foram designados e estão à espera da indicação dos funcionários brasileiros para que o trabalho possa ser iniciado. A ponte foi construída com dinheiro do governo do Paraná e repassada à União.



Roberto Requião

Freitas teme reconcentração da renda

Senador salienta que apenas 10% dos recursos provenientes de renúncia fiscal, no ano passado, foram para o Nordeste, enquanto o Sudeste foi beneficiado com 59% do total

Benedita exalta feitos olímpicos de nossos atletas



Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) homenageou ontem os atletas brasileiros que conquistaram 15 medalhas e, conforme disse, colocaram o Brasil

entre os países que mais se destacaram nos Jogos Olímpicos de Atlanta. Segundo a senadora, "nossas meninas e meninos olímpicos não foram apenas bons, eles foram maravilhosos se considerarmos o apoio obtido para a competição".

A senadora disse que não pode negar "apoio político para que o presidente Fernando Henrique Cardoso e o Brasil dêem aos atletas as condições necessárias para que conquistem mais medalhas".

José Bonifácio elogia governo do Tocantins

O senador José Bonifácio (PPB-TO) louvou ontem recente ato do governador do Tocantins, Síqueira Campos, que isentou as famílias de baixa renda do pagamento pelo consumo de água e luz. O senador disse que cerca de 35 mil famílias serão beneficiadas pela medida com relação ao abastecimento de água, pois consomem menos de 6 mil litros por mês. Quanto ao consumo de energia elétrica, a medida abrangerá 45 mil famílias, cujo consumo médio mensal é inferior a 50 kWh.



Bonifácio



O governador Capiberibe expõe na Comissão da Amazônia

Amapá apresenta plano para crescimento auto-sustentável

O governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, em exposição ontem na comissão especial do Senado que estuda a definição de uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, disse que o plano auto-sustentável elaborado por sua administração poderia ser aplicado também pelos governos dos demais estados da região.

Na avaliação do presidente da comissão, Nabor Júnior (PMDB-AC), "a reunião foi muito produtiva, porque, além da explanação que fez de maneira também ampla, o governador procurou dentro do possível responder a todos os questionamentos levantados pelos

membros da comissão".

Relator da comissão, Ademir Andrade (PSB-PA) quis saber do governador, que também é do PSB, se o governo federal vai apoiar as metas propostas no plano auto-sustentável do Amapá. Capiberibe, em resposta, disse acreditar que sim.

Gilvam Borges (PMDB-AP) colocou em dúvida o sucesso do empreendimento auto-sustentado.

Os senadores Ernandes Amorim (PMDB-RO), Jefferson Peres (PSDB-AM), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também participaram do debate na comissão.

Citando declarações do presidente do Tribunal de Contas da União, Marcos Vinícius Vilaça, que teme uma "reconcentração de renda estimulada inclusive pelas privatizações", o senador Freitas Neto (PFL-PI) reivindicou ontem mais investimentos do governo nas regiões pobres do País. "Se as regiões mais pobres não atraem investimentos privados, resta-lhes ao menos a esperança dos investimentos do poder público", assinalou.

Só há dois caminhos para se combaterem as desigualdades regionais. O primeiro é o investimento em infra-estrutura, de modo a atenuar os fatores que levam à concentração dos investimentos. Isso não vem sendo feito. O segundo é a adoção de incentivos de natureza tributária que venham a beneficiar as regiões que deles realmente precisam - disse.

No entanto, conforme Freitas Neto, vem ocorrendo exatamente o contrário. "No ano passado, nada menos do que 59% dos recursos provenientes da renúncia fiscal dirigiram-se ao Sudeste, enquanto o Nordeste ficou com apenas 10%. Trata-se apenas de uma questão de vontade política."

O senador pelo Piauí lembrou que atuar para a redução dos desníveis regionais é uma obrigação do governo, como prevê o artigo 174 da Constituição, "mas nada disso se tem feito". Freitas Neto espera que o alerta do presidente do TCU não caia no vazio e o poder público adote uma nova postura, evitando que "o fosso que separa ricos e pobres" seja agravado daqui para a frente.



Freitas Neto

Ronaldo critica ato do Mare

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) disse ontem que a política governamental que busca a estabilidade financeira do País não pode passar ao largo de programas desenvolvimentistas e nem dos princípios constitucionais firmados. O senador referiu-se ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) que, acatando decisão proferida pelo TCU, teria determinado aos dirigentes de recursos humanos de

instituições federais de ensino superior que procedam a revisões nos valores relativos às parcelas dos quintos incorporados por servidores ativos e inativos.

No entendimento do senador "o ato excede ao poder regulamentar do órgão expedidor, desrespeita autoridade de decisão do STF e invade área restrita ao campo da lei em sentido formal e, portanto, o poder de legislação do Congresso".



Ronaldo

Comissão pretende mudar "pacote ecológico"

Parlamentares levarão sugestões a FHC para adequar lei à realidade da região amazônica. Também foi instalada comissão mista que analisará a MP sobre crédito rural

Para Ernandes Amorim, governo engessa Amazônia

A Medida Provisória 1.511, que aumentou de 50% para 80% as áreas das propriedades na região amazônica destinadas a reservas florestais, foi duramente criticada ontem pelo senador Ernandes Amorim (PMDB-RO), que a considerou "um descalabro, o engessamento das atividades produtivas na Amazônia".

Além de tornar indisponí-

vel uma fatia muito grande das terras da Amazônia, a decisão do presidente da República, em seu "pacote ecológico" anunciado recentemente, proíbe a exportação das duas madeiras mais aceitas no exterior, segundo Ernandes Amorim.

- O governo tomou essa decisão sem consultar 23 milhões de pessoas que habitam a região e têm cerca de 100 deputados e



Ernandes Amorim
senadores neste Congresso. A medida provisória diz respeito a 60% do território nacional - destacou o senador.

Jáder solicita convocação de ministro

O líder do PMDB, senador Jáder Barbalho (PA), apresentou ontem requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos para que seja convocado o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, a fim de dar explicações sobre o recente "pacote ecológico" lançado pelo governo. "Quero saber qual é o embasamento técnico deste pacote, que aumenta de 50% para 80% as áreas de reserva florestal e proíbe a exportação de dois tipos de madeira", disse.

- Não quero criticar antes de receber as explicações, mas me parece que essas medidas são contra os interesses da Amazônia - frisou.

Jáder Barbalho quer ouvir do ministro quais serão as consequências da implantação da "Política para Indústria de Base Florestal da Amazônia", da reestruturação do Ibama e da revisão do plano de manejo florestal da região.

Júlio Campos aponta estímulo à clandestinidade

A recente Medida Provisória nº 1.511 e o Decreto 1.963/96 assinados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que criaram o chamado "pacote ecológico", são documentos destinados a oferecer aos organismos internacionais de crédito, especialmente ao Banco Mundial, "uma pseudoamostra de preocupação ambiental", segundo afirmou ontem o senador Júlio Campos (PFL-MT).

O senador lamentou que o governo não tenha consultado os representantes dos estados amazônicos antes de adotar tais medidas. Júlio Campos advertiu que a legislação estimulará a clandestinidade, por causa da ausência de fiscalização federal, e ainda manterá a devastação das florestas, pela ausência de um projeto sério de exploração racional. Além

disso, a MP 1.511 "aniquilará os empreendimentos projetados para a região, gerando perda de arrecadação e desemprego".

- São documentos desprovidos de qualquer embasamento técnico que evidencie os seus impactos sobre os estados e populações atingidos. Ora, diminuir, por decreto, a devastação de florestas revela no mínimo ignorância e insensatez - assinalou.



Júlio Campos

Júlio Campos afirmou que os documentos vão inviabilizar projetos agropecuários e agroindustriais da região, porque exigirão maior investimento e apresentarão menor produtividade, devido ao subaproveitamento da terra. Conforme o senador, nas áreas de florestas, quem quiser cultivar mil hectares terá de possuir 5 mil (4 mil ficarão como reserva).

A comissão mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 1.511/96, que dispõe sobre a proibição de aumento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas, instalada ontem, decidiu levar ao presidente da República uma série de modificações à medida. Os parlamentares membros da comissão vão preparar as propostas que consideram necessárias para adequar a nova lei à realidade da região amazônica.

Reunida na manhã de ontem, sob a presidência do senador Odacir Soares (PFL-RO), a comissão aprovou um cronograma de trabalho que prevê a convocação dos ministros da Reforma Agrária e do Meio Ambiente e o presidente do Inbra, para virem ao Senado, na próxima semana, prestar esclarecimentos sobre a proibição do uso de apenas 30 hectares por família para produção agrícola em terras da Amazônia, que consta da MP.

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO), membro da comissão, advertiu que a limitação prevista provocará fome e desemprego na região. A mesma posição foi defendida pelo governador de Rondônia Valdir Raupp, que participou do encontro como convidado.

O senador Odacir Soares informou que, além dos ministros, a comissão ouvirá, também, os governadores dos estados atingidos pela MP. Segundo Odacir, as sugestões de modificações deverão ser apresentadas ao presidente da República antes do dia 22 deste mês, para que possam ser incorporadas ao novo texto, no caso de uma reedição.

Também instalada ontem, a comissão mista que analisa a MP 1.512/96, que dispõe sobre o crédito rural, já pôde receber o parecer do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), favorável à admissibilidade da medida provisória.

Mulheres na política terão cursos de preparação

Emília Fernandes anuncia que a iniciativa, que ocorrerá em 15 estados, foi tomada a partir da aprovação da reserva de 20% das vagas dos partidos para candidaturas femininas

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) anunciou ontem a realização do curso "A Participação Igualitária da Mulher nas Instâncias Decisórias nos Municípios Brasileiros", a ser promovido em 15 estados a partir da próxima quinta-feira, dia 15. Ela informou que o curso faz parte das atividades traçadas a partir da aprovação de 20% das vagas de cada partido para candidaturas femininas às eleições municipais deste ano.

O projeto tem dois objetivos: o primeiro deles é ampliar a participação das mulheres em posições de poder nos municípios. O segundo, a realizar-se após as eleições, é preparar as prefeitas e vereadoras eleitas para fazer uma gestão inovadora, que incorpore a perspectiva do gênero à formulação e execução de políticas públicas



Emília Fernandes

em suas respectivas cidades. Nesse sentido, cumprindo com o seu objetivo inicial, os cursos aprofundarão o debate em torno dos temas inerentes às campanhas eleitorais - disse.

Emília Fernandes afirmou que o curso é resultado de um projeto de cooperação do Senado Federal com o Pro-

grama das Nações Unidas para o Desenvolvimento e implementado sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Assistência aos Municípios. A senadora lembrou ainda que o movimento teve como primeira etapa a campanha de filiação de mulheres aos partidos, seguida pela produção da *Cartilha para Mulheres Candidatas - 1996*, lançada pela campanha Mulheres sem Medo do Poder.

Valadares cobra solução para a CPI dos Bancos



Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB - SE) disse ontem ter encaminhado ofício ao Procurador-Geral da

República, Geraldo Brindeiro, pedindo prioridade na apreciação do mandato de segurança impetrado há três meses por 16 senadores, para garantir a instalação da CPI dos Bancos. Valadares lembrou que o procurador tem 15 dias de prazo para emitir parecer sobre qualquer processo que lhe seja encaminhado e que a CPI dos Bancos recomeça a ser discutida na Câmara dos Deputados.

Sarney recebe atletas portadores de deficiência

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem um grupo de atletas portadores de deficiência, integrantes da delegação brasileira aos X Jogos Paraolímpicos, que se realizam neste mês, em Atlanta. O Brasil inscreveu 58 participantes, dos quais três são recordistas mundiais em suas modalidades.

Sarney afirmou que o exemplo dado pelos atletas "constitui uma lição de vida para todos", e ficou comovido ao receber agradecimentos relativos à política para os deficientes adotada durante sua passagem pela Presidência da

República. O presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, João Batista Carvalho e Silva, pediu apoio para a proposta de inclusão dos atletas deficientes entre os beneficiários de uma apuração da Loteria Esportiva.

Compareceram à audiência dois recordistas mundiais do lançamento de disco - Suelly Rodrigues Guimarães, amputada bilateral de membros inferiores, e Anderson Lopes, paralisado cerebral - e o recordista dos 50 metros nadado borboleta, José Afonso Medeiros, portador de seqüela por trauma medular; e ainda os atle-

tas Adria Rocha dos Santos, Marcelo Garcia da Mota, Luiz Algacir Virgílio da Silva, José Carlos Moraes, Antonio Tenório e Rosana de Carvalho Bastos; a chefe da delegação, Teresa de Jesus Costa D'Amaral; e o diretor técnico, Sérgio Coelho de Oliveira.

O Brasil disputará dez das 19 modalidades oferecidas nos Jogos, que serão realizados aproveitando as mesmas instalações utilizadas na última Olimpíada, e reunirão 3.500 atletas, entre cegos, amputados, cadeirantes e paralisados cerebrais, representando 121 países.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, ERNANDES AMORIM, EMÍLIA FERNANDES, RENAN CALHEIROS, ANTONIO CARLOS VALADARES, BENEDITA DA SILVA, EDUARDO SUPPLY, FREITAS NETO E NABOR JÚNIOR.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Mala ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal